

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.157 - AL (2019/0126056-5)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : L M DO N R
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE PORTO CALVO
PROCURADOR : ANDRÉ BRITO TEIXEIRA - AL009603

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por L M DO N R contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea “a” do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 214):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DE MULTA POR RESCISÃO CONTRATUAL ANTECIPADA. SENTENÇA PELA IMPROCEDÊNCIA. APELAÇÃO CÍVEL CARÁTER PARTICULAR DO PACTO FIRMADO. DIREITO À MULTA. NÃO ACOLHIDA. CONTRATAÇÃO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RESCISÃO PELA ADMINISTRAÇÃO ANTES DO PRAZO FINAL DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. PERECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO. CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE. ATO DEVIDAMENTE MOTIVADO. AUSÊNCIA DE DIREITO À MULTA. INEXISTÊNCIA DE LEI MUNICIPAL DISCIPLINANDO A MATÉRIA. VINCULAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. **RECURSO CONHECIDO. PROVIMENTO NEGADO. DECISÃO UNÂNIME.**

Na insurgência, o recorrente apontou violação do art. 12 da Lei 8.745/1993, porquanto o acórdão recorrido afastou a sua pretensão de receber os valores previstos contratualmente a título de multa pela rescisão unilateral e antecipada do contrato de trabalho temporário.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 91), o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem.

No presente agravo, a parte recorrente pugna pelo processamento do recurso especial.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre destacar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos dos requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo 3).

Feita essa consideração, tem-se que o recurso não merece prosperar.

Com efeito, o aresto impugnado decidiu a controvérsia desfavoravelmente ao recorrente, valendo-se, também, do princípio da adstrição da

Superior Tribunal de Justiça

Administração à legalidade, preconizado pela Constituição Federal no art. 37, IX.

Ocorre que a parte recorrente deixou de impugnar esse fundamento por meio da interposição de recurso extraordinário, o que torna manifestamente inadmissível o apelo extremo, nos termos da Súmula 126 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários sucumbenciais pelas instâncias de origem, majoro, em desfavor da parte recorrente, em 10% (dez por cento) o valor já arbitrado (na origem), nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo, bem como os termos do art. 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator